

Conasa SPE S.A.
Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conasa SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Conasa SPE S.A.
Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Conasa SPE S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conasa SPE S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Conasa SPE S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Conasa SPE S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Conasa SPE S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Conasa SPE S.A..
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Conasa SPE S.A.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Conasa SPE S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 27 de março de 2017.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CRC 2 PR 006853/F-9


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - PR


Gilberto de Souza Schlichta
Contador CRC 1PR 35508/O-5

CONASA SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2016	2015	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Notas	2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	779	685	Fornecedores		93	-
Créditos Tributários		16	4	Debêntures	6	2.375	2.130
Títulos de Valores Mobiliários	5	1.950	1.738	Encargos Tributários a pagar		5	-
Total do Circulante		2.745	2.427	Total do Circulante		2.474	2.130
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Títulos de Valores Mobiliários	5	11.052	11.410	Debêntures	6	10.877	11.452
Total do Realizável a Longo Prazo		11.052	11.410	Total do Passivo Não Circulante		10.877	11.452
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	7	10	10
				Adto p/ Futuro Aumento de Capital	7	1.333	922
				Prejuízos Acumulados		(897)	(678)
				Total do Patrimônio Líquido		446	254
TOTAL ATIVO		13.797	13.837	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.797	13.837

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(141)	(132)
Despesa Gerais e Administrativas		(122)	(132)
Despesas Comerciais		(18)	-
RESULTADO OPERAC. ANTES DO EFEITOS FINANCEIROS		(141)	(132)
RESULTADO FINANCEIRO		(78)	(413)
Despesas Financeiras	8	(1.876)	(2.432)
Receitas Financeiras	8	1.798	2.019
PREJUÍZO ANTES DO IR/CS		(219)	(545)
(=) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(219)	(545)
Prejuízo por ação - Reais		(21,9084)	(54,5000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do exercício	(219)	(545)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(219)</u>	<u>(545)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adto p/ futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10	77	(133)	(46)
Adiantamento para futuro aumento de capital		845		845
Prejuízo líquido do exercício			(545)	(545)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10	922	(678)	254
Adiantamento para futuro aumento de capital		411		411
Prejuízo líquido do exercício			(219)	(219)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10	1.333	(897)	446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (valores expressos em reais)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do período	(219)	(545)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Juros apropriados sobre debêntures	1.841	2.432
Rendimentos de títulos valores imobiliários	(1.762)	(2.019)
(Aumento)/Redução nos Ativos		
Créditos tributários	(12)	-
(Aumento)/Redução nos Passivos		
Fornecedores	93	-
Encargos tributários a pagar	5	-
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	(54)	(132)
Aquisição de títulos de dívidas	1.908	992
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	411	845
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	2.319	1.837
Terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.171)	(1.029)
Caixa Líquido usado nas Atividades de financiamento	(2.171)	(1.029)
Acréscimo Líquido no Saldo de Caixa	94	676
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do Caixa Inicial	685	9
Composição do Caixa Final	779	685

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CONASA SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de propósito específico, com sede em São Paulo - SP. Ela foi constituída em 09 de maio de 2014 e tem por objeto social específico realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento em parceria com a CONASA - Companhia Nacional de Saneamento. Compõe os investimentos em parceria, dentre outros: a) implantação, operação e manutenção de estações de tratamento de água e/ou esgoto; b) implantação de rede distribuidora de água; c) implantação de rede coletora e estações elevatórias, complementares ao sistema de esgotamento sanitário; d) gestão de sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

1.1. Planos da Administração

Com os recursos captados por meio da 1ª Emissão de Debêntures, a Companhia financiará a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados de saneamento em parceria com a Conasa, incluindo, mas não se limitando, à compra e venda de títulos e valores mobiliários de companhias.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 27 de março de 2017.

3. Apresentação das demonstrações contábeis:

3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações (“LSA”), considerando as alterações introduzidas por meio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)**

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

3.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações contábeis.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Ativos financeiros

(b.1) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)**

habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida.

- **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).
- **Ativo mantidos até o vencimento:** Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale menos de 20% dos direitos de voto.

(b.2) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)**

ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

- **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- **Ativos mantidos até o vencimento:** Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo, com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)**

(b.3) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos financeiros

A Administração avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

(c) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

(d) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)**

(e) Mudanças em políticas contábeis

(e.1) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1° de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1° de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1° de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da companhia.

(e.2) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o *IFRS 9 Financial instruments*, o *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* e o *IFRS 16 Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O *IFRS 9* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment”

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)**

de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O *IFRS 15* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases:

O *IFRS 16* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui *IAS 17 Leases*, *IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease*, *SIC-15 Operating Leases - Incentives* e *SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o *IFRS 16* determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do *IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers* e *IFRS 9 Financial Instruments* ainda estão sob análise da administração da companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro

CONASA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos conta movimento	779	685
	<u>779</u>	<u>685</u>

Recurso de liquidez imediata e disponível em instituição de primeira linha.

5. Títulos de Valores Mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Investimento em títulos de dívida		
Circulante	1.950	1.738
Não circulante	11.052	11.410
	<u>13.002</u>	<u>13.148</u>

Em 16 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu debentures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada.

Conforme escritura das debentures, este investimento possui as seguintes características:

- As debentures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP - M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, em 1º de julho de cada ano;
- A remuneração é de 6,25% a.a.;
- Pagamentos de juros e amortização mensal (PMT), com vencimento em 26 de maio de 2025.

CONASA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos):

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vencimento em		
2017	-	1.742
2018	1.950	1.742
2019	1.950	1.742
2020	1.950	1.742
2021	1.950	1.742
Após 2021	3.252	2.700
	<u>11.052</u>	<u>11.410</u>

6. Debêntures

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Debêntures		
Circulante	2.375	2.130
Não circulante	10.877	11.452
	<u>13.252</u>	<u>13.582</u>

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança da Conasa - Companhia Nacional de Saneamento, controladora da Conasa SPE.

Até 31 de dezembro de 2016, 11.799 debêntures foram integralizadas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo de pagamento da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas (PMT), a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos):

CONASA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
Vencimento em		
2017	-	2.130
2018	1.950	2.130
2019	1.950	2.130
2020	1.950	2.130
2021	1.950	2.932
Após 2021	3.077	-
	10.877	11.452

Condições restritivas financeiras - “Covenants”

A escritura das debêntures está sujeita a cláusulas restritivas, a Administração acompanha tempestivamente estas condições, como forma de monitoramento e remediação com os debenturistas, quando necessário.

Nas condições e características das Debêntures mencionadas acima, a Companhia manteve o cumprimento de todas as cláusulas restritivas.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 10.000 (dez mil reais), representado por 10.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A seguir a demonstração de participação dos acionistas:

	Número de ações	%
CONASA - Companhia Nacional de Saneamento	9.999	99,99%
Paulo André Gil Boschiero	1	0,01%
	10.000	100%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)

7.2. Adiantamento para Futuro Aumento do Capital (AFAC)

Em 2015 e 2016, foram realizados pela acionista CONASA - Companhia Nacional de Saneamento aportes referentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$ 1.333, que serão integralizados em 2017.

8. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(35)	(1)
Juros sobre debêntures	(1.841)	(2.431)
	<u>(1.876)</u>	<u>(2.432)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre outros investimentos	1.762	2.019
Despesas Recuperadas	36	-
	<u>1.798</u>	<u>2.019</u>
	<u>(78)</u>	<u>(413)</u>

9. Instrumentos financeiros

9.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

9.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)**

	Categoria	31/12/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	779	779	685	685
Investimentos	Custo amortizado	13.002	13.002	13.152	13.152
Passivos financeiros					
Debêntures	Custo amortizado	13.252	13.252	13.582	13.582

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

9.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) *Risco de mercado:*

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

	Risco	Saldo em risco	Cenários		
			Provável	Possível	Remoto
Ativo financeiro	IGP-M	13.002	409	511	613
Passivo financeiro	IGP-M	(13.252)	(417)	(521)	(625)
		(250)	(8)	(10)	(12)

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) *Risco de crédito:* O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de
outra forma)

(c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

10. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

Entretanto, os contratos de seguros vigentes que a Companhia possui em 2015 são exclusivamente para seu imobilizado, representado para veículos e máquinas e equipamentos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

* * *